



ANEXO
PERÍODO DE 2020

1. Identificação da entidade:

1.1. Denominação da entidade:

Santa Casa da Misericórdia de Vieira do Minho, NIPC 500956383

1.2. Sede:

Rua Dr. Alfredo Ramalho, 155 – 4850-527 - Vieira do Minho

1.3. Natureza da atividade:

A Santa Casa da Misericórdia de Vieira do Minho é uma Instituição Particular de Solidariedade Social constituída com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico.

1.4. Denominação e sede social da entidade – mãe imediata:

Nada a relatar.

1.5. Denominação e sede social da entidade – mãe final:

Nada a relatar.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística pela aplicação da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011- ESNL

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - SNC

Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho NCRF-ESNL

Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho - Modelos de Demonstrações Financeiras

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - Código de Contas

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 são comparáveis, em todas as contas, com os valores do período de 2019.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1. Principais políticas contabilísticas

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

b) Ativos fixos tangíveis

As políticas contabilísticas de ativos fixos tangíveis encontram-se explicadas na nota 4.

De acordo com o parágrafo 7.5 do Aviso n.º 8259/2015, de 16 de julho, que vigora a partir do período de 01/01/2016, as designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas como ativos fixos tangíveis.

c) Imposto sobre o rendimento

A entidade reconhece no período a totalidade das responsabilidades fiscais com ela associada, segundo o método do imposto a pagar.

d) Créditos a receber

As contas de "Créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.



e) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

f) Provisões

A Entidade analisa periodicamente eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

g) Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

h) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

i) Rendimentos e ganhos

As políticas contabilísticas encontram-se explicadas na nota 8.1.

j) Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre as condições para o receber.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis estão registados no balanço na rubrica "Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais" e:

- Quando relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, são imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;

- Quando relativos a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

k) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

l) Inventários

As políticas contabilísticas encontram-se explicadas na nota 7.1.

b) Outras políticas contabilísticas:

Nada a relatar.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

Aquando da preparação de demonstrações financeiras, o corpo gerente fez uma avaliação da capacidade da entidade de prosseguir em continuidade, tendo concluído que não existem incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade de prosseguir em continuidade.



Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Apesar de estarmos ainda no meio da pandemia por COVID-19, sendo muito difícil perspetivar a evolução futura da economia, bem como os efeitos na atividade, salienta-se que continuamos a desenvolver a nossa atividade, considerando adequado o pressuposto da entidade prosseguir em continuidade.

Assim as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

As principais estimativas utilizadas são relativas à necessidade ou não de imparidade de ativos, incluindo inventários e créditos a receber, à vida útil de ativos depreciáveis, às provisões e ao efeito dos passivos contingentes.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas:

Nada a relatar.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas:

As principais estimativas utilizadas são relativas à necessidade ou não de imparidade de ativos, incluindo inventários e créditos a receber, à vida útil de ativos amortizáveis e depreciáveis, às provisões e ao efeito dos passivos contingentes.

Não houve alterações das estimativas neste período.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores:

Nada a relatar.

3.5. Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL (divulgação transitória):

Nada a relatar.

4. Ativos fixos tangíveis:

4.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os bens do património histórico e cultural encontram-se valorizados pelo seu custo histórico.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados, ao justo valor na data da doação.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em regime de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, como a seguir se indica:

Rubricas	Taxa Anual (%)
Terrenos e recursos naturais	0,00%
Outros edifícios e construções	2,00%
Equipamento básico	16,66%
Equipamento administrativo	16,66%
Edificações Ligeiras	16,66%
Equipamento transporte	20,00%
Equipamento informático	20,00%
Outros ativos fixos tangíveis	25,00%

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada, no início e no fim do período:

Rubricas	Saldo inicial			Saldo final		
	quantias brutas	amortização acumulada	Saldo Líquido	quantias brutas	amortização acumulada	Saldo Líquido
Bens do património hist. e artístico e cultural						
Bens do património histórico e artístico e cultural	37 273,08	0,00	37 273,08	37 273,08	0,00	37 273,08
Total Bens do património hist. e artístico e cultural	37 273,08	0,00	37 273,08	37 273,08	0,00	37 273,08
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	67 534,18 €	0,00	67 534,18	67 492,53	0,00	67 492,53
Edifícios e outras construções	6 129 505,58	(1 832 610,56)	4 296 895,02	6 137 307,08	(1 943 344,09)	4 193 962,99
Equipamento básico	1 123 692,13	(1 049 927,37)	73 764,76	1 142 304,22	(1 079 978,20)	62 326,02
Equipamento de transporte	181 765,64	(167 365,53)	14 400,11	181 765,64	(173 765,49)	8 000,15
Equipamento administrativo	296 767,82	(283 850,93)	12 916,89	301 184,25	(289 756,34)	11 427,91
Outros ativos fixos tangíveis	39 278,33	(26 351,03)	12 927,30	39 278,33	(34 277,85)	5 000,48
Ativos fixos tangíveis em curso	16 992,28	0,00	16 992,28	219 227,35	0,00	219 227,35
Total ativos fixos tangíveis	7 855 535,96	(3 360 105,42)	4 495 430,54	8 088 559,40	(3 521 121,97)	4 567 437,43
Total	7 892 809,04	(3 360 105,42)	4 532 703,62	8 125 832,48	(3 521 121,97)	4 604 710,51



e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

Rubricas	Saldo inicial	Adições/Reduções	Alienações Líquidas	Transf./abates Líquidas	Depreciações	Saldo final
Bens do património histórico e artístico e cultural	37 273,08	0,00	0,00	0,00	0,00	37 273,08
Terrenos e recursos naturais	67 534,18	0,00	(41,65)	0,00	0,00	67 492,53
Edifícios e outras construções	4 296 895,02	7 801,50	0,00	0,00	(1 110 733,53)	4 193 962,99
Equipamento básico	73 764,76	18 612,09	0,00	0,00	(30 050,83)	62 326,02
Equipamento de transporte	14 400,11	0,00	0,00	0,00	(6 399,96)	8 000,15
Equipamento administrativo	12 916,89	4 416,43	0,00	0,00	(5 905,41)	11 427,91
Outros ativos fixos tangíveis	12 927,30	0,00	0,00	0,00	(7 926,82)	5 000,48
Ativos fixos tangíveis em curso	16 992,28	202 235,07	0,00	0,00	0,00	219 227,35
Total ativos fixos tangíveis	4 532 703,62	233 065,09	(41,65)	0,00	(1 61 016,55)	4 604 710,51

f) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Rubricas	Saldo inicial			Saldo final		
	quantias brutas	amortização acumulada	Saldo Líquido	quantias brutas	amortização acumulada	Saldo Líquido
Bens do património histórico e artístico e cultural						
Bens móveis	37.273,08	0,00	37.273,08	37.273,08	0,00	37.273,08
Total	37.273,08	0,00	37.273,08	37.273,08	0,00	37.273,08

g) Locações financeiras locatários:

Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Categoria de Ativo	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativo bruto	Depreciações Acumuladas	Ativo líquido	Ativo bruto	Depreciações Acumuladas	Ativo líquido
Edifícios e outras construções · Sistema AVAC	63 345,00	3 378,52	59 966,48	63 345,00	2 111,56	61 233,44
Equipamento básico · Máquina Lavadora	16 315,95	7 250,80	9 065,15	16 315,95	4 531,48	11 784,47
TOTAL	79 660,95	10 629,32	69 031,63	79 660,95	6 643,04	73 017,91

O órgão de gestão não considera existir diferença entre o total dos futuros pagamentos mínimos e o valor presente do contrato, devido aos contratos poderem ser normalmente cessados, com pagamento dos juros vencidos, ou seja, não ser obrigatório o pagamento de juros não vencidos.

Total dos futuros pagamentos mínimos à data do balanço e seu valor presente, subdivido por período:

Categoria de Ativo	31/12/2020				31/12/2019			
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Totais	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Totais
Edifícios e outras construções · Sistema AVAC	12 145,92	17 889,78	0,00	30 035,70	11 875,95	30 035,70	0,00	41 911,65
Equipamento básico · Máquina Lavadora	3 122,56	4 871,44	0,00	7 994,00	3 053,16	7 994,00	0,00	11 047,16
TOTAL	15 268,48	22 761,22	0,00	38 029,70	14 929,10	38 029,71	0,00	52 958,81

4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos.

Além dos bens em regime de locação financeira, os quais servem, de acordo com aquele regime jurídico, de garantia destes mesmos passivos, sendo que o valor em dívida e o valor contabilístico dos mesmos constam da alínea g) da nota 4.1, os ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos são os seguintes:

- O edifício onde se encontra a Unidade de Cuidados Continuados Integrados "João da Torre" é dado como garantia de passivo de financiamento bancário obtido junto do Banco Comercial Português, S.A., cuja dívida em 31/12/2020 totaliza 384.259,21 euros;

- O edifício onde se encontra o "Lar de Nossa Senhora da Conceição" é dado como garantia de passivo de dois financiamentos bancários obtido junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Cávado e Basto, CRL, cujas dívidas em 31/12/2020 totalizam 687.684,50 euros.

4.3. Ativos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas.

Nada a relatar.

5. Ativos intangíveis:

Não aplicável.



6. Custos de empréstimos obtidos:

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

Neste período, como nos anteriores, não foram capitalizados quaisquer juros de empréstimos, por se considerar que não cumprem os requisitos para se qualificar como parte do custo desse ativo.

7. Inventários:

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios, como os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico, ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

Caso exista, é registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

A perda é revertida quando deixar de existir, devido à venda, regularização ou alteração do custo de mercado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

7.2. A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	31-12-2020			31-12-2019		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	36.488,22	0,00	36.488,22	18.965,58	0,00	18.965,58
Produtos acabados e intermédios	6.908,50	0,00	6.908,50	9.118,50	0,00	9.118,50
Totais	43.396,72	0,00	43.396,72	28.084,08	0,00	28.084,08

7.3. A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	Ano de 2020			Ano de 2019		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	0,00	18 965,58	18 965,58	0,00	17 795,61	17 795,61
Compras	0,00	256 018,83	256 018,83	0,00	230 474,45	230 474,45
Reclassificações e regularizações	0,00	1 315,06	1 315,06	0,00	2 382,33	2 382,33
Inventários finais	0,00	36 488,22	36 488,22	0,00	18 965,58	18 965,58
Custos no período	0,00	239 811,25	239 811,25	0,00	231 686,81	231 686,81

Variações nos inventários da produção	Ano de 2020				Ano de 2019			
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resid. e refulgos	Produtos e trabalhos em curso	Total	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resid. e refulgos	Produtos e trabalhos em curso	Total
Inventários finais	6 908,50	0,00	0,00	6 908,50	9 118,50	0,00	0,00	9 118,50
Regularização de Inventários	2 210,00	0,00	0,00	2 210,00	1 207,04	0,00	0,00	1 207,04
Inventários iniciais	9 118,50	0,00	0,00	9 118,50	10 417,00	0,00	0,00	10 417,00
Aumento / redução no período	0,00	0,00	0,00	0,00	(91,46)	0,00	0,00	(91,46)

7.4. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão;

Nada a relatar.

8. Rendimentos e gastos:

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Handwritten signatures and initials



O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências estejam substancialmente resolvidas. Baseando as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de entidade, natureza da transação e especificidade do acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

8.2. Quantia de rédito reconhecida durante o período:

Réditos reconhecidas no período	Ano de 2020		Ano de 2019	
	Mercado Interno	TOTAL	Mercado Interno	TOTAL
Venda de bens	0,00	0,00	91,46	91,46
Prestação de serviços	1 216 531,77	1 216 531,77	1 371 874,49	1 371 874,49
Subsídios, doações e legados à exploração	1 061 083,95	1 061 083,95	962 347,25	962 347,25
Outros rendimentos suplementares	0,00	0,00	330,00	330,00
Rendas e outros rendimentos	1 250,00	1 250,00	3 000,00	3 000,00
Juros	39,92	39,92	39,92	39,92
Totais	2 278 905,64	2 278 905,64	2 337 683,12	2 337 683,12

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

9.1. Para cada classe de provisão

O órgão de gestão informa que não houve constituição de provisões para passivos contingentes por se estimar ser mais provável que não ocorram saídas de recursos, considerando que, em conformidade com o historial da Entidade, não existe risco ou qualquer indício de possível incumprimento.

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço

Em conformidade com a NCRF-ESNL, no parágrafo "13 -Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", consideramos não existir passivos contingentes ou a eventualidade de um possível exfluxo de recursos ser remota ou de improvável impacto significativo.

Conforme explicitado alínea j) da nota 3.1 deste anexo, apenas reconhecemos subsídios quando existe garantia suficiente que a Entidade irá cumprir as condições para o receber. No entanto, há sempre o risco de, na verificação/avaliação final do projeto, a entidade controladora ser da opinião que não foram cumpridos os objetivos e requisitos, o que significaria a redução/reembolso de subsídios.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

Rubricas	Subsídios das entidades públicas			
	Saldo inicial	Atribuição subsídios	Imputação de subsídios para investimentos	Saldo final
Fundos patrimoniais				
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1 753 320,34	45 862,49	44 961,60	1 754 221,23
Total	1 753 320,34	45 862,49	44 961,60	1 754 221,23

10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades:

Nada a relatar.

10.3. Principais doadores/fontes de fundos:

Descrição	Ano de 2020	Ano de 2019
Principais doadores/fontes de fundos atribuídos		
Donativos em dinheiro		
Particulares	1 691,00	246,00
Donativos em espécie		
Particulares	11 806,78	974,81
Banco Alimentar	1 055,56	1 407,52
Total	14 553,34	2 628,33

Descrição	Ano de 2020	Ano de 2019
Subsídios, doações e legados à exploração		
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 046 530,61	959 718,92
Doações e heranças	14 553,34	2 628,33
Total	1 061 083,95	962 347,25

11. Instrumentos financeiros:

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

Os investimentos financeiros em outras empresas estão registados ao custo.



- 11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Rubricas	Fundos patrimoniais			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Fundos	399.936,26	0,00	0,00	399.936,26
Reservas	51.017,50	0,00	0,00	51.017,50
Resultados transitados	1.054.945,15	0,00	91.026,46	1.145.971,61
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1.753.320,34	45.862,49	(44.961,60)	1.754.221,23
Resultado líquido do período	91.026,46	59.639,46	(91.026,46)	59.639,46
Total	3.350.245,71	105.501,95	(44.961,60)	3.410.786,06

Os movimentos encontram-se explicitados na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

- 11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Nada a relatar.

- 11.5. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Nada a relatar.

- 11.6. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Nada a relatar.

- 11.7. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Descrição	Ano de 2020			Ano de 2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários						
Banco Comercial Português, SA	55.555,56	328.703,65	384.259,21	55.555,56	384.259,21	439.814,77
Caixa Geral de Depósitos - (Livrança)	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Credito Agricola Mutuo do Alto Cavado e Basto CRL	25.529,10	562.155,40	587.684,50	29.118,81	587.684,50	616.803,31
Caixa Credito Agricola Mutuo do Alto Cavado e Basto CRL	5.625,29	94.374,71	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras						
BCP - AVAC	12.145,92	17.889,78	30.035,70	11.875,95	30.035,70	41.911,65
BCP - MAQUINA LAVADORA	3.122,56	4.871,44	7.994,00	3.053,16	7.994,00	11.047,16
Outros financiadores						
Mercedes-Benz Finan.Serv. Portugal-Soc. Finan.Crédito, SA	0,00	0,00	0,00	3.200,00	0,00	3.200,00
Total	201.978,43	1.007.994,98	1.209.973,41	102.803,47	1.009.973,42	1.112.776,89

12. Benefícios dos empregados:

- 12.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas:

Categoria	Ano de 2020	Ano de 2019
Empregados / Assalariados	112	110
Órgãos diretivos	7	7

Os membros dos órgãos de gestão foram homologados para o período de 15 de dezembro de 2018 até 15 de dezembro de 2022.

- 12.2. Compromissos existentes em matéria de pensões:

Nada a relatar.

- 12.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

Os órgãos diretivos não são remunerados.

13. Acontecimentos após a data do balanço

- 13.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras, especificamente 31/12/2020, e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

As demonstrações financeiras do período findo em 31/12/2020 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 8 março de 2021.

14. Agricultura

Não aplicável.



15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

15.1. Dívidas em mora ao Estado

A entidade declara que não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados durante o período financeiro pelo revisor oficial de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, foi no montante de 4.878 euros, acrescido de IVA, totalizando 6.000 euros.

16. Outras divulgações

16.1. Informamos que na rubrica "Outros ativos correntes" do Ativo corrente, no Balanço, estão refletidos dívidas do subsistema SAD/GNR no valor acumulado de 86.584,42 euros. O órgão de gestão não coloca a hipótese de não receber a dívida pois nunca poderá ser um encargo suportada pela Santa Casa da Misericórdia de Vieira do Minho.

A ARS NORTE, IP reconhece o direito ao acesso de todos utentes ao SNS, incluindo o acesso à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados – RNCCI e tem encetado diversas diligências junto da ACSS, IP para resolução da situação de faturação dos cuidados prestados a estes utentes no âmbito da RNCCI, declinada desde janeiro de 2016 pelo seu subsistema de saúde.

Pelo que, o órgão de gestão considera que os mesmos cumprem os pressupostos para se reconhecer como rendimento na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" da Demonstração dos Resultados por Naturezas e as dívidas a receber como um ativo, na rubrica "Outros ativos correntes" do Balanço.

Apresentando-se quadro resumo dos montantes por receber, subdividido por ano e tipo:

Subsídios, doações e legados à exploração	Período	Valor
SAD/GNR	2016	14 677,63
SAD/GNR	2017	21 604,79
SAD/GNR	2018	20 696,31
SAD/GNR	2019	18 748,39
SAD/GNR	2020	10 857,30
Outros ativos correntes (balanço)	Total	86 584,42


16.2. Informação adicional COVID-19

Continuamos a viver no momento uma pandemia – Covid 19 – não sendo possível ainda medir os impactos que poderão advir deste tema, no entanto a entidade está atenta a todo o desenvolvimento e a trabalhar na implementação de medidas que tentam mitigar todos os potenciais impactos negativos desta situação.


Em 2021, a entidade continuará a aplicar os planos de contingência, associados às condições da evolução da pandemia, assegurando o pleno cumprimento das orientações da DGS e o equilíbrio económico e financeiro das suas contas.

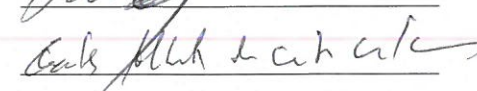
Vieira do Minho, aos 8 de março de 2021.

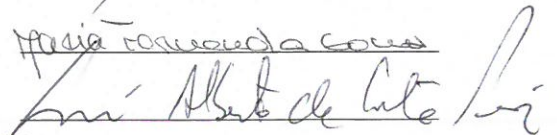
O Contabilista Certificado

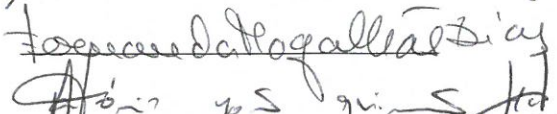


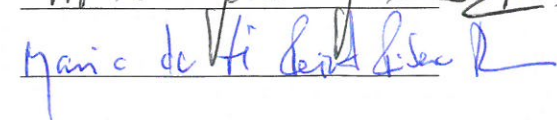
A Mesa Administrativa













SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
VIEIRA DO MINHO

Balanço em 31/12/2020

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	4.567.437,43	4.495.430,54
Bens do património histórico e cultural	4	37.273,08	37.273,08
Investimentos financeiros	11	2.757,09	1.823,06
		<u>4.607.467,60</u>	<u>4.534.526,68</u>
Ativo corrente			
Inventários	7	43.396,72	28.084,08
Créditos a receber		100.921,67	130.167,93
Estado e outros entes públicos		23.706,67	4.017,07
Diferimentos		17.191,13	16.502,43
Outros ativos correntes	16	126.827,36	94.483,93
Caixa e depósitos bancários		141.111,24	42.651,83
		<u>453.154,79</u>	<u>315.907,27</u>
Total do ativo		<u><u>5.060.622,39</u></u>	<u><u>4.850.433,95</u></u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		399.936,26	399.936,26
Reservas		51.017,50	51.017,50
Resultados transitados		1.145.971,61	1.054.945,15
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	10	1.754.221,23	1.753.320,34
		<u>3.351.146,60</u>	<u>3.259.219,25</u>
Resultado líquido do período		59.639,46	91.026,46
Total dos fundos patrimoniais	11	<u><u>3.410.786,06</u></u>	<u><u>3.350.245,71</u></u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	4 e 11	1.007.994,98	1.009.973,42
		<u>1.007.994,98</u>	<u>1.009.973,42</u>
Passivo corrente			
Fornecedores		50.831,43	48.596,71
Estado e outros entes públicos		51.082,74	34.536,50
Financiamentos obtidos	4 e 11	201.978,43	102.803,47
Diferimentos		17.065,60	1.377,88
Outros passivos correntes		320.883,15	302.900,26
		<u>641.841,35</u>	<u>490.214,82</u>
Total do passivo		<u><u>1.649.836,33</u></u>	<u><u>1.500.188,24</u></u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u><u>5.060.622,39</u></u>	<u><u>4.850.433,95</u></u>

Vieira do Minho, aos 8 de março de 2021

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Mesa Administrativa
Associação de Freguesias
Vieira do Minho
Rua Dr. Alfredo Ramalho, nº 35, 4850-527 Vieira do Minho
NIPC 500956383



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31-12-2020

(Valores expressos em euros)

<u>Rendimentos e Gastos</u>	<u>Notas</u>		<u>Ano de 2020</u>	<u>Ano de 2019</u>
Vendas e serviços prestados	8	+	1.216.531,77	1.371.965,95
Subsídios, doações e legados à exploração	8, 10 e 16	+	1.061.083,95	962.347,25
Variação nos inventários da produção		+/-	0,00	(91,46)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-	(239.811,25)	(231.686,81)
Fornecimentos e serviços externos		-	(336.322,12)	(395.259,00)
Gastos com o pessoal	12	-	(1.531.214,05)	(1.484.240,99)
Outros rendimentos	8	+	75.030,23	64.648,01
Outros gastos		-	(12.138,80)	(21.802,76)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	233.159,73	265.880,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-/+	(161.016,55)	(161.095,40)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	72.143,18	104.784,79
Juros e gastos similares suportados		-	(12.503,72)	(13.758,33)
Resultado antes de impostos		=	59.639,46	91.026,46
Resultado líquido do período		=	59.639,46	91.026,46

Vieira do Minho, aos 8 de março de 2021

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Dr. José Augusto
Hávia Almeida
Hávia Almeida
Dr. António de Almeida
Dr. António de Almeida
Dr. António de Almeida



Demonstração de Fluxos de Caixa
Período findo em 31-12-2020

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Notas	Ano de 2020	Ano de 2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	-	2.288.122,80	2.339.899,61
Pagamentos a fornecedores	-	342.337,40	396.804,80
Pagamentos ao pessoal	-	1.527.821,88	1.482.335,35
Caixa gerada pelas operações	-/+	417.963,52	460.759,46
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(221.842,39)	(215.020,29)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	+/-	196.121,13	245.739,17
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4 -	239.013,90	69.332,16
Investimentos financeiros	-	1.015,23	294,35
		240.029,13	69.626,51
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	4 +	10.000,00	0,00
Investimentos financeiros	+	81,20	2.324,35
Subsídios ao investimento	+	45.862,49	0,00
Juros e rendimentos similares	+	39,92	39,92
	+/-	55.983,61	2.364,27
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	+/-	(184.045,52)	(67.262,24)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	11 +	97.196,52	0,00
Doações	10 +	1.691,00	246,00
		98.887,52	246,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11 -	0,00	195.267,05
Juros e gastos similares	-	12.503,72	13.758,33
	+/-	12.503,72	209.025,38
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		86.383,80	(208.779,38)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+/-	98.459,41	(30.302,45)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		42.651,83	72.954,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período		141.111,24	42.651,83

Vieira do Minho, aos 8 de março de 2021

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Ano de 2020

(Valores expressos em euros)

Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores

Notas	Fundos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no Início do Período 2020	399.936,26	51.017,50	1.054.945,15	1.753.320,34	91.026,46	3.350.245,71
Alterações no período						
• Atribuição subsídios afetos a ativos fixos tangíveis e intangíveis sujeitos a amortiz./deprec.	0,00	0,00	0,00	45.862,49	0,00	45.862,49
• Imputação subs. na proporção das amort./depr. ativos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	(44.961,60)	0,00	(44.961,60)
• Aplicação do Resultado Líquido Anterior	0,00	0,00	91.026,46	0,00	(91.026,46)	0,00
	0,00	0,00	91.026,46	900,89	(91.026,46)	900,89
Resultado Líquido do Período					59.639,46	59.639,46
Resultado Integral					60.540,35	60.540,35
Operações com instituidores no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2020	399.936,26	51.017,50	1.145.971,61	1.754.221,23	59.639,46	3.410.786,06

Ano de 2019

(Valores expressos em euros)

Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores

Notas	Fundos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição no Início do Período 2019	399.936,26	51.017,50	1.168.611,98	1.798.281,94	(113.666,83)	3.304.180,85
Alterações no período						
• Imputação subs. na proporção das amort./depr. ativos fixos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00	0,00	(44.961,60)	0,00	(44.961,60)
• Aplicação do Resultado Líquido Anterior	0,00	0,00	(113.666,83)	0,00	113.666,83	0,00
	0,00	0,00	(113.666,83)	(44.961,60)	113.666,83	(44.961,60)
Resultado Líquido do Período					91.026,46	91.026,46
Resultado Integral					46.064,86	46.064,86
Operações com instituidores no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2019	399.936,26	51.017,50	1.054.945,15	1.753.320,34	91.026,46	3.350.245,71

Vieira do Minho, aos 8 de março de 2021

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Atos pós quinquenais
para o levantamento
de dados da população de
atendimento de saúde
Carlos Alberto de Sousa
Margarida de Fátima de Sousa